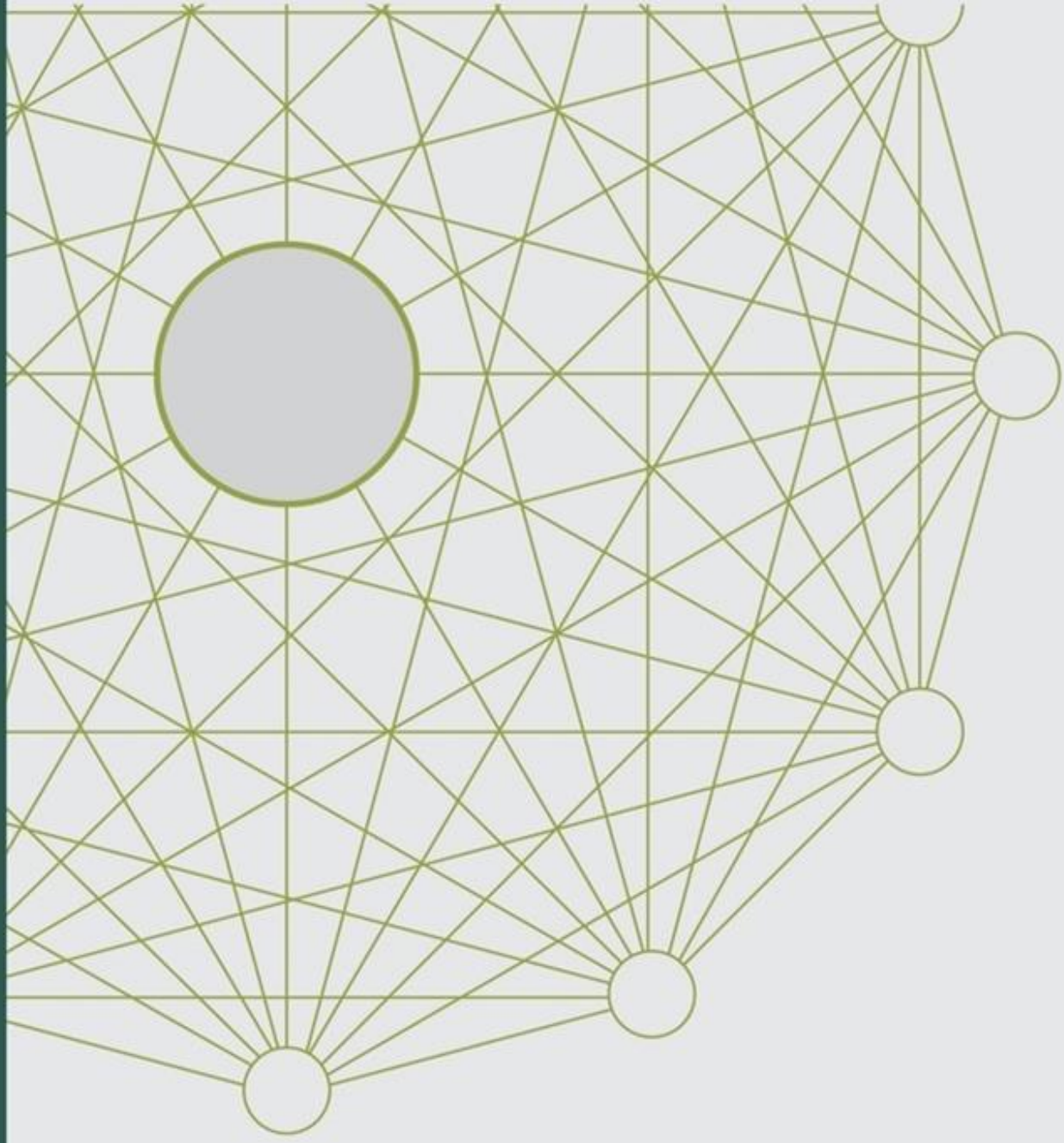


CARTA DE CONJUNTURA

Junho

2015

MERCADO DE TRABALHO

27

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Roberto Mangabeira Unger

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Marco Aurélio Costa

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto
Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Brand Arenari

Chefe de Gabinete
José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

ISSN 1982-8772

carta de conjuntura

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Gecon – Grupo de Estudos de Conjuntura

Equipe Técnica
Fernando José da Silva Paiva Ribeiro (Coordenador)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Maria Andréia Parente Lameiras
Marco Aurélio Alves de Mendonça
Paulo Mansur Levy

Colaboradores
Cláudio Hamilton Matos dos Santos
Marco Antonio Freitas de Holanda Cavalcanti

Equipe de Apoio
Alejandro da Rocha Souto Padrón
Felipe dos Santos Martins
Mariana Leite Moraes da Costa
José Bruno Ramos Torres Fevereiro
Pedro Américo de Alemida Ferreira
Hugo Hoffmann Borges
Luciana Pacheco Trindade Lacerda
Beatriz Cordeiro Araújo

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

Carta de conjuntura / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de Análise e Previsões. – (dez .2007)- . Rio de Janeiro : Ipea. Dimac, 2007-

Trimestral.
Títulos anteriores: Carta de conjuntura INPES, (maio 1988 - maio 1990); Carta de conjuntura IPEA, (ago. 1990 - dez. 1998).
Suspensa de 1999 a nov. de 2007.
ISSN 1982-8772

1. Economia. 2. Macroeconomia. 3. Previsão Econômica. 4. Indicadores Econômicos. 5. Brasil. 6. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de Análise e Previsões.

CDD 330.05

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

1 MERCADO DE TRABALHO

Finalizado em 03/06/2015

SUMÁRIO

Em linha com o fraco desempenho da atividade econômica do país, o mercado de trabalho, que já vinha dando sinais de perda de dinamismo desde o último trimestre de 2014, intensificou sua trajetória de arrefecimento ao longo dos primeiros meses deste ano. O forte ajuste fiscal em curso, aliado à política monetária restritiva, vem contribuindo tanto para um aumento da taxa de desemprego quanto para uma desaceleração dos rendimentos reais. Nota-se que, no caso do desemprego, embora tanto a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) quanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) revelem uma elevação das suas taxas no primeiro trimestre de 2015, este incremento tem origem em movimentos distintos. Enquanto a PME mostra que o aumento recente da taxa de desemprego é fruto de uma retração da população ocupada, a PNAD credita à expansão de 1,6% da força de trabalho[1] a responsabilidade pela aceleração do desemprego.

Segundo a PME, a alta de 0,8 p.p da taxa de desocupação no primeiro trimestre do ano, na comparação interanual, decorre, quase que integralmente, do recuo de 0,7% da população ocupada, dado que a População Economicamente Ativa (PEA) apresenta relativa estabilidade no período (variação de 0,1%). Vale ressaltar que, ao longo de 2014, a trajetória de queda da PEA foi de fundamental importância para manter a taxa de desemprego em níveis relativamente baixos, mesmo em um cenário de desaceleração da ocupação. Em contrapartida, apesar de apontar um aumento na taxa de desemprego (0,9 p.p.) similar ao observado pela PME, os dados da PNAD contínua revelam um cenário alternativo, ainda marcado pela expansão da ocupação (0,7%), porém a uma velocidade inferior à registrada pela força de trabalho (1,6%). Corroborando os dados da PME, o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) indica que, apenas nos quatro primeiros meses de 2015, o país destruiu aproximadamente 163 mil postos de

[1] De acordo com a nomenclatura adotada pela PNAD contínua, a População Economicamente Ativa (PEA) passou a ser denominada como força de trabalho.

trabalho formais[2], contrastando fortemente com o resultado obtido no mesmo período de 2014, quando houve a criação de 409 mil novas vagas. Em abril, segundo o Caged, à exceção da agricultura, todos os demais setores registraram queda da ocupação.

No que diz respeito ao comportamento dos rendimentos reais, há uma convergência de todas as pesquisas em retratar um quadro de desaceleração das taxas de crescimento dos salários reais, resultante da queda dos reajustes nominais obtidos pelos trabalhadores, além de uma aceleração da inflação. No trimestre fevereiro-abril de 2015, enquanto os rendimentos reais habitualmente recebidos, medidos pela PME, diminuíram 0,9% ante o mesmo trimestre de 2014, o resultado observado pela PNAD contínua mostra queda de 0,5%, mantendo-se a mesma base de comparação. Como resposta a este movimento conjunto de retração da ocupação e de rendimentos, a massa salarial real apresenta recuo de 1,7% no trimestre fevereiro-abril deste ano, medida pela PME. Em que pese o fato de que a PNAD contínua ainda mostre expansão de 0,4% da massa salarial real neste mesmo trimestre, este resultado revela, pela quarta vez consecutiva, uma queda no ritmo de crescimento deste agregado.

O movimento de arrefecimento do emprego e da renda já era esperado, tendo em vista que, desde o início do segundo semestre do ano passado, a economia dava claros sinais de desaceleração. Entretanto, mais recentemente, a deterioração das expectativas em relação ao nível de atividade para 2015 vem suscitando incertezas sobre a duração e o tipo de ajuste que será implementado no mercado de trabalho. Ainda que os dados mostrem, inicialmente, tanto uma retração do emprego quanto da renda, há a possibilidade de que, ao contrário de crises anteriores, os ajustes do mercado de trabalho comecem a impactar mais fortemente os salários e menos intensamente o nível de ocupação.

Ao longo da última década, o mercado de trabalho brasileiro passou por um processo de formalização do emprego, o que encareceu os custos de demissões. Adicionalmente, houve mudanças estruturais que deslocaram grande parte da população ocupada para o setor de serviços, cujo desempenho, apesar de não satisfatório, ainda se encontra em

[2] Para os cálculos dos saldos acumulados do Caged foram utilizadas as séries sem correções posteriores.

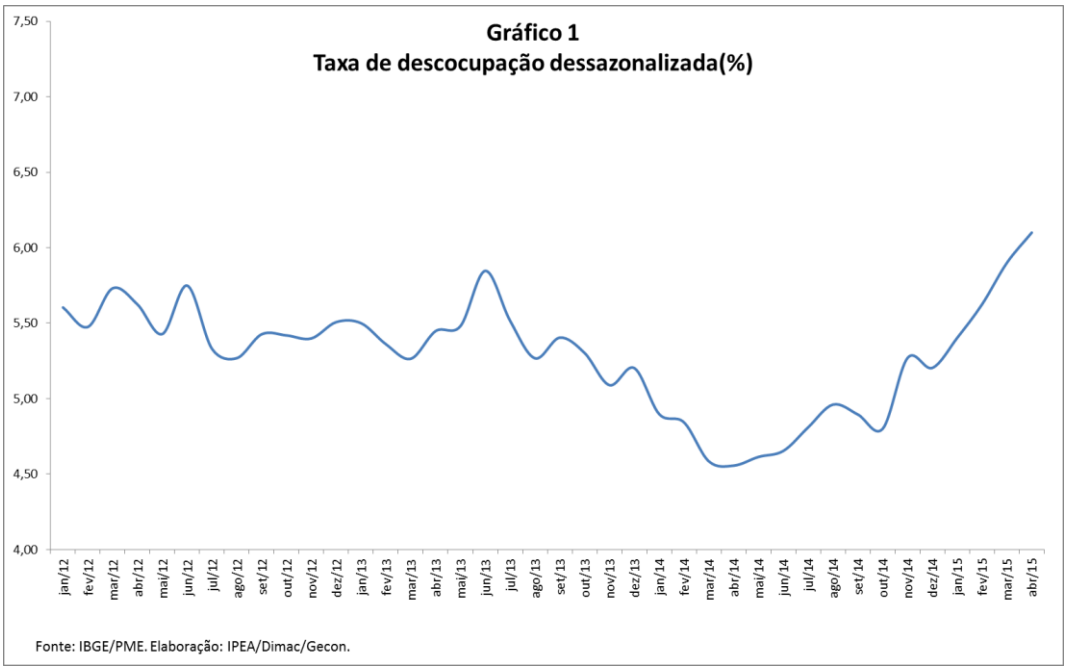
patamar melhor que os demais setores da economia[3]. Por outro lado, os ganhos reais obtidos pelos trabalhadores nos últimos anos podem dar margem à aplicação de reajustes nominais menores em 2015, o que, aliado à aceleração da inflação, possibilitará um recuo mais acentuado dos salários reais, que passariam a ser o principal fator de ajuste no mercado de trabalho. Ademais, esta retração dos salários reais pode significar uma redução nos custos unitários do trabalho, aliviando as pressões inflacionárias, já afetadas pela contínua desaceleração da demanda.

Independentemente de um ajuste maior via ocupação ou rendimentos, o certo é que este movimento de arrefecimento do mercado de trabalho deve perdurar durante o restante do ano, de modo que, quanto mais rápido a economia brasileira se recuperar, menos duradouros serão os efeitos altistas sobre o desemprego.

1.1 TAXA DE DESEMPREGO E NÍVEL DE OCUPAÇÃO

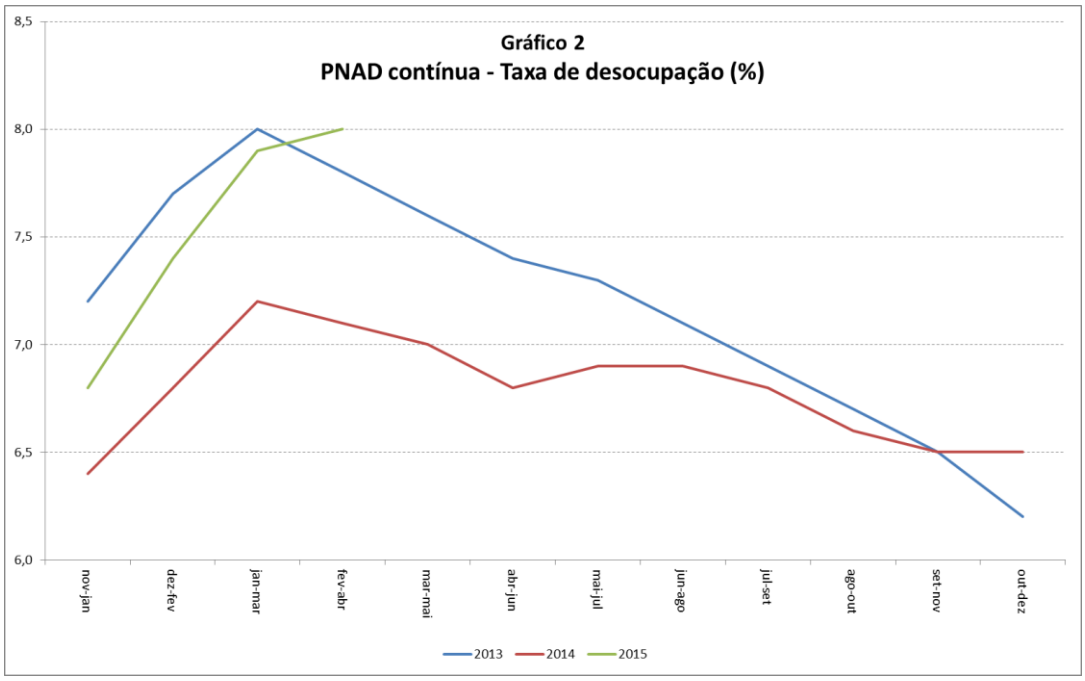
De acordo com os dados da PME, a taxa média de desemprego nos quatro primeiros meses do ano foi de 6,0%, o que significa uma aceleração de 1,0 p.p. em relação ao observado no mesmo período de 2014. Em termos dessazonalizados, a taxa de 6,1% apontada em abril, revela, pelo quarto mês consecutivo, um incremento da desocupação, sinalizando que o arrefecimento do mercado de trabalho vem se intensificando nos últimos meses, refletindo a desaceleração da atividade econômica no país.

[3] De acordo com os últimos dados das Contas Nacionais, divulgados pelo IBGE em maio, no acumulado em quatro trimestres, o setor de serviços apresenta retração de 0,2%, enquanto que o PIB acumula queda de 0,9%.



Este aumento da taxa de desemprego em 2015 apontado pela PME é decorrente não só de uma retração da ocupação, mas também da reversão da trajetória de queda da PEA, presente em todo o ano de 2014. No caso da PO, nota-se que nos quatro primeiros meses do ano a força de trabalho empregada na economia diminuiu 0,7%. Em relação a PEA, verifica-se que, após encerrar o ano de 2014 com uma variação negativa de 0,7%, o contingente de pessoas que integra a força de trabalho apresentou uma ligeira expansão de 0,2% no primeiro quadrimestre do ano. Apesar da recente aceleração da PEA, esta ainda se expande a um ritmo inferior ao apresentado pela PIA, que teve alta de 0,9% no acumulado do ano até abril, contribuindo para manter a taxa de participação em 2015 0,4 p.p. inferior à observada no mesmo período de 2014.

Este mesmo cenário de elevação da taxa de desocupação retratado pela PME também se faz presente na análise dos dados da PNAD contínua. No último trimestre, encerrado em abril de 2015, a desocupação medida pela PNAD foi de 8,0%, acelerando 0,9 p.p. em relação a este mesmo trimestre do ano anterior. Tomando-se como base esta comparação interanual, nota-se que a desocupação medida pela PNAD contínua subiu pelo quarto mês consecutivo.



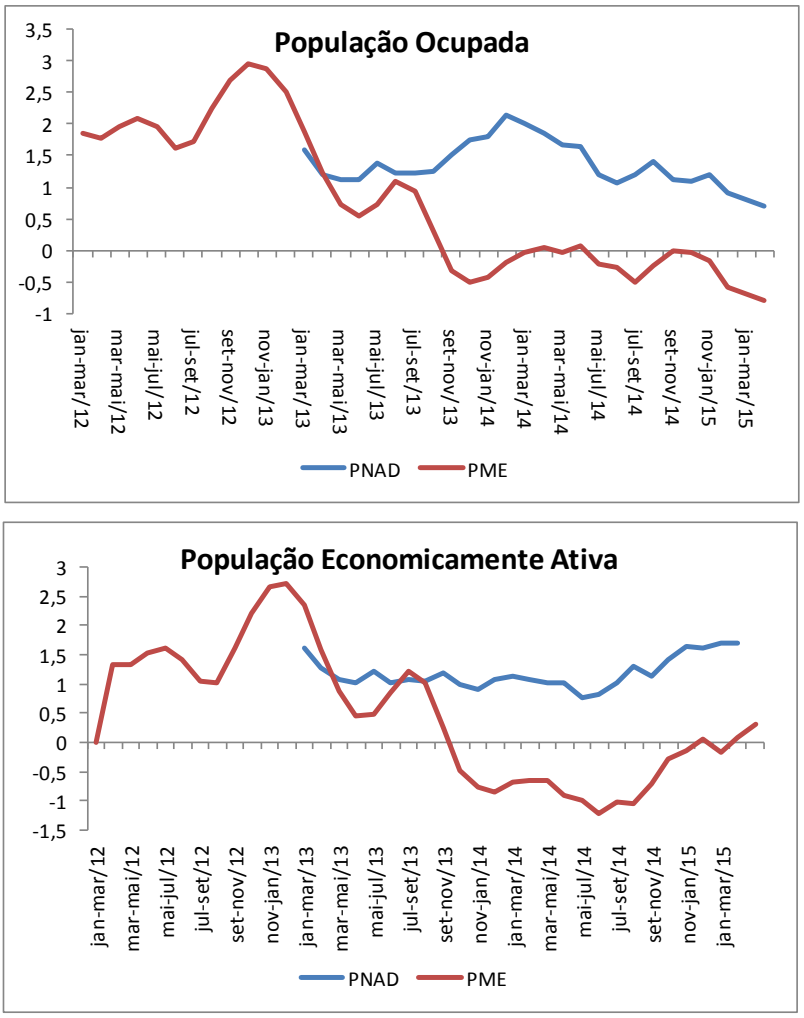
Entretanto, na comparação entre a PME e a PNAD contínua, nota-se que apesar de apresentarem tendências similares (aumento do desemprego nos últimos trimestres), essas pesquisas divergem não só em relação aos fatores responsáveis pela alta do desemprego, como também apresentam diferenças no nível da desocupação. A taxa de desemprego medida pela PNAD no trimestre fevereiro-abril de 2015 é cerca de 2,0 p.p. maior que a registrada pela PME. Uma das explicações comumente utilizadas para explicar tal discrepância diz respeito à cobertura geográfica da amostra[4], deixando subentendido que as regiões abarcadas pela PME possuem um maior dinamismo econômico e, por isso, tendem a apresentar menores taxas de desemprego. Entretanto, já há evidências empíricas que rejeitam tal argumento e elencam outros fatores explicativos como: diferenças entre os domicílios pesquisados; frequência do domicílio na amostra; questionários e técnicas de aplicação distintas, etc[5]. Diferentemente do que ocorre com a taxa de desocupação, onde a magnitude difere, mas a trajetória é coincidente, os dados de PO e PEA observados na PME e na PNAD contínua revelam que, durante boa parte de 2014, estas duas variáveis apresentaram um comportamento

[4] Enquanto a PME cobre apenas seis regiões metropolitanas, a PNAD contínua abrange cerca de 3.100 municípios.

[5] Para maiores explicações, ver Nota Técnica "Comparação da Taxa de Desocupação na PNAD contínua e na PME" de Carlos Henrique Corseuil e Lauro Ramos, integrante do Boletim de Mercado de Trabalho do IPEA, de maio de 2015.

distinto, que, no entanto, começa a dar sinais de convergência, ainda que com diferenças de nível.

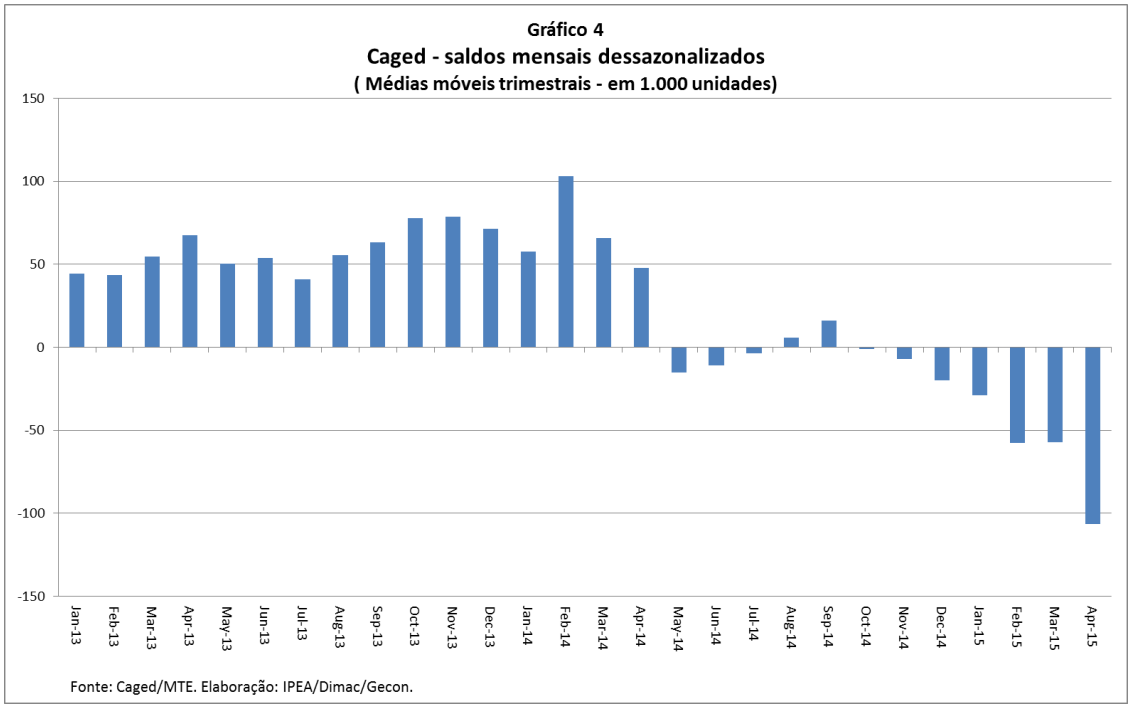
Gráfico 3
Indicadores do Mercado de Trabalho
Taxa de variação interanual (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/Dimac/Gecon

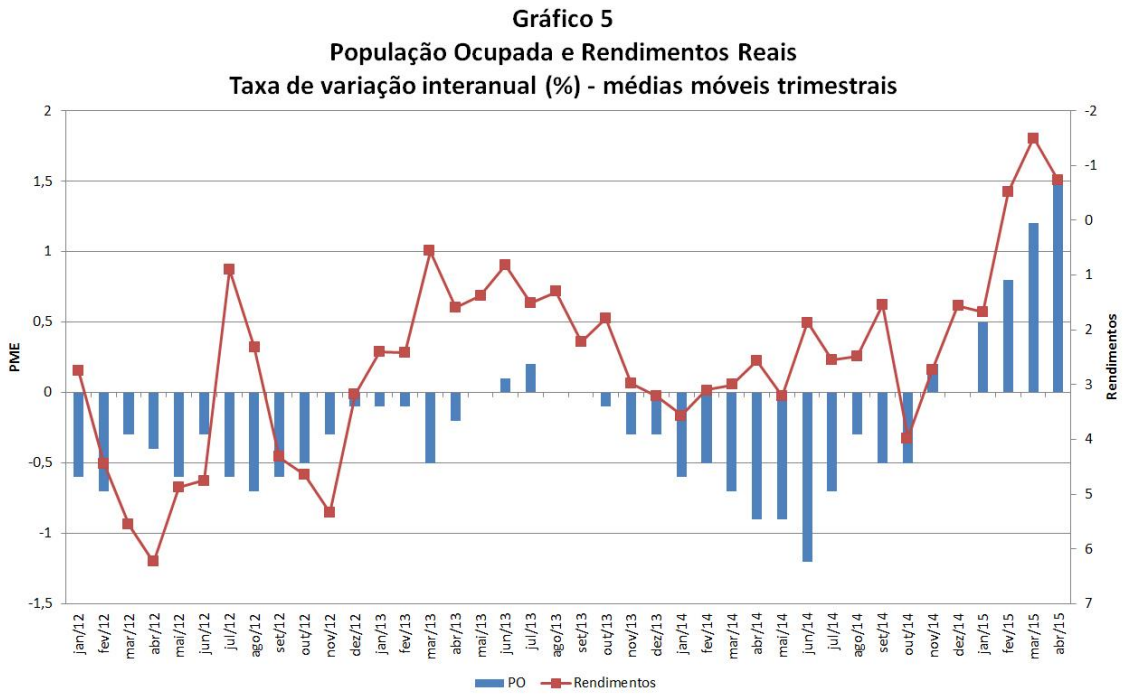
Assim como a PME e a PNAD, os dados do Caged reforçam os efeitos da retração da economia sobre o mercado de trabalho. Se em 2014 a criação líquida de novas vagas com carteira assinada (152,8 mil) já havia sido bem inferior às observadas nos anos anteriores (730,1 mil, em 2013; 868,3 em 2012 e 1.566 em 2011), o cenário piorou nos primeiros meses de 2015. Nos últimos 12 meses até abril verifica-se uma destruição de aproximadamente 419 mil empregos. Em abril, um mês historicamente muito forte, dada à sazonalidade da série, foram fechadas quase 98 mil vagas no mercado de trabalho formal. Após a dessazonalização da série, este resultado é ainda mais

impactante: saldo negativo de 213 mil vagas contra retração de 33,5 mil observadas em março, o que vem a ser o pior desempenho mensal desde a criação do cadastro em 1996. O gráfico abaixo mostra como esta piora no mercado de trabalho revelada pelo CAGED foi se intensificando ao logo dos últimos meses.



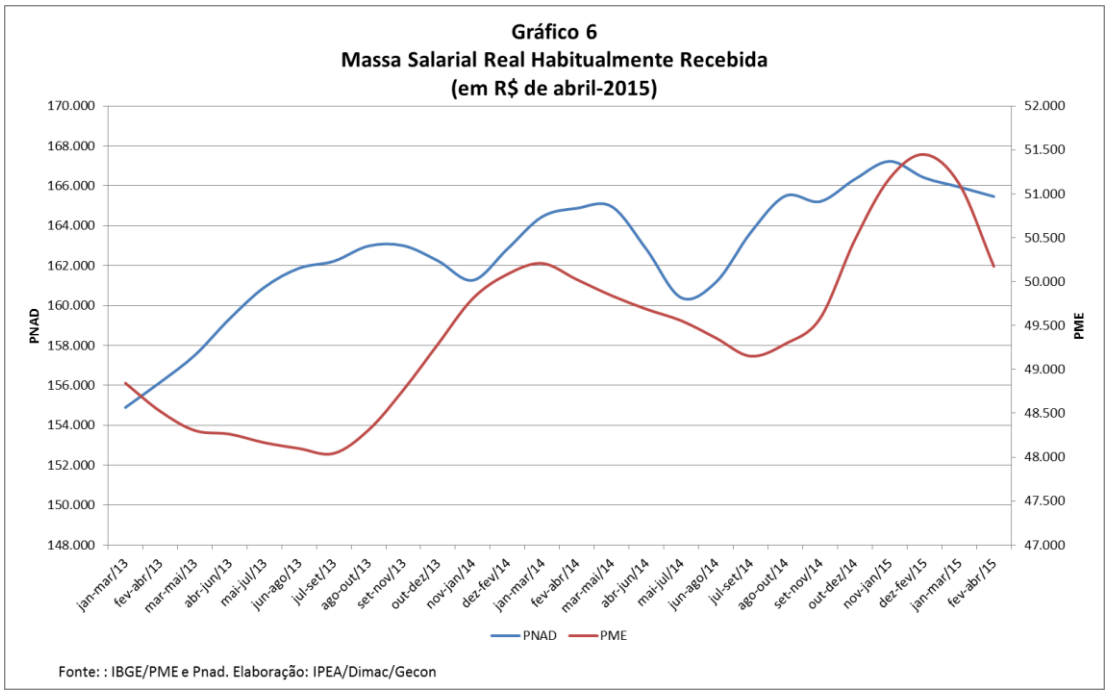
1.2 RENDIMENTOS

A deterioração das condições do mercado de trabalho também vem impactando o comportamento dos rendimentos reais. Na análise do gráfico abaixo, que descreve a variação interanual, da taxa de desemprego e dos rendimentos habitualmente recebidos (com eixo invertido) medidos pela PME, nota-se que mesmo antes do aumento na taxa de desemprego os salários já apresentavam uma desaceleração de crescimento. No entanto, com a piora do cenário econômico esta trajetória de declínio dos salários foi se intensificando, de forma que, na margem, já se observa um recuo dos rendimentos reais, refletindo não só a queda dos reajustes nominais, como também a aceleração da inflação.



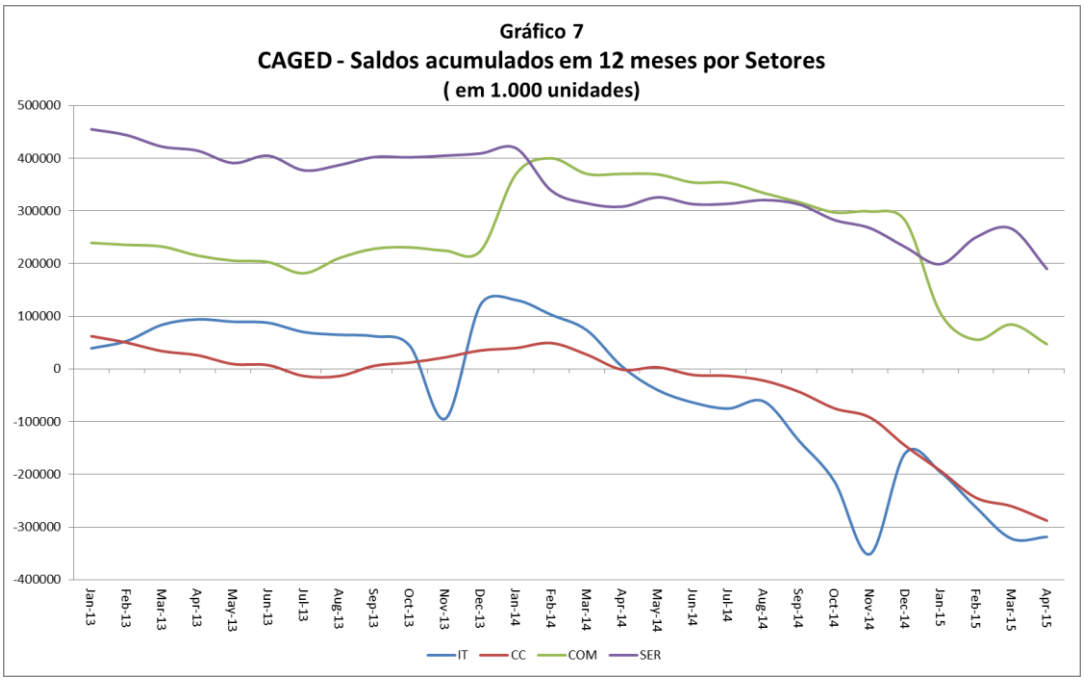
Em abril os rendimentos médios habitualmente recebidos pelos trabalhadores apresentaram queda de 0,7%, quando comparados ao mesmo mês do ano anterior. Vale ressaltar que é o terceiro mês consecutivo que este indicador apresenta variação negativa neste tipo de comparação. No caso da PNAD contínua, o rendimento médio habitual recuou 0,5% no trimestre fevereiro-março de 2015, ante o mesmo trimestre de 2014, desacelerando fortemente em relação ao observado nos trimestres imediatamente anteriores, quando apresentaram, respectivamente, taxas de expansão de 2,2% e 1,1% e 0,0%. Por fim, os dados do Caged revelam que em abril, na série livre de sazonalidade, o salário médio de admissão foi 1,8% inferior ao registrado em março.

Esta desaceleração dos rendimentos, atrelada ao recuo da população ocupada, vem impactando negativamente o comportamento da massa salarial, afetando, por conseguinte, o consumo das famílias.

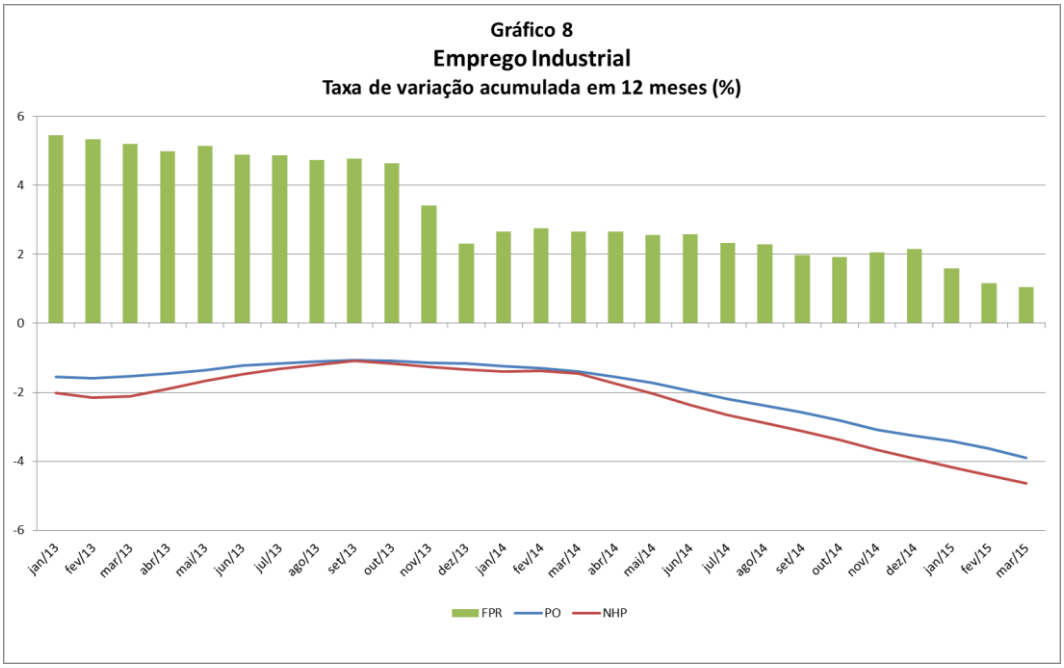


1.3 EMPREGO SETORIAL

Na análise setorial, os dados do Caged mostram que o enfraquecimento do nível de atividade que vinha atingindo mais fortemente a indústria e a construção civil, impactadas pelo recuo da produção industrial e da contração dos investimentos em infraestrutura e residencial, começa a se propagar pelos setores de comércio e serviços, repercutindo no agravamento da confiança dos consumidores e na desaceleração do ritmo de crescimento dos salários reais. De fato, mesmo ainda apresentando saldos positivos em 12 meses, o comércio e os serviços já revelam na margem um cenário marcado pelo aumento das demissões em ritmo superior ao das contratações. Em abril houve uma extinção de 28,5 mil empregos formais nestes dois setores ante a criação de 85,4 mil vagas em abril de 2014.

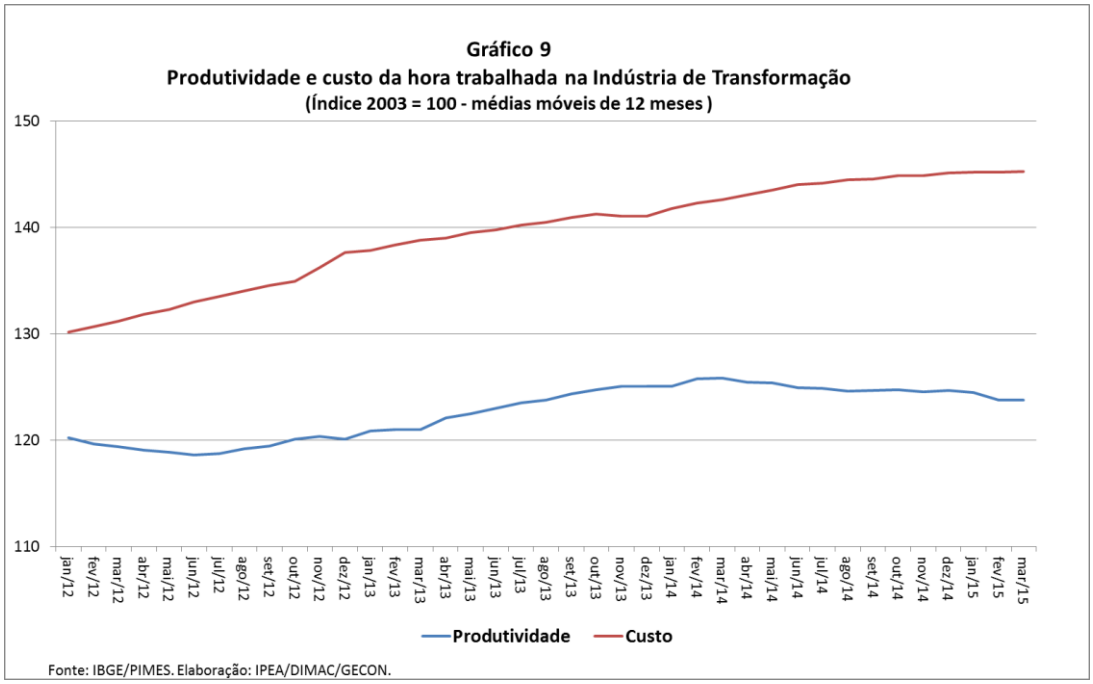


Esta expressiva retração do emprego no setor industrial também está presente na análise dos dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), do IBGE. Nos 12 meses encerrados em março a população ocupada na indústria retroagiu 3,9%, atingindo o pior resultado desde março de 2010. Se em um primeiro momento, o ajuste no setor ocorreu, principalmente, através da redução da ocupação e do número de horas trabalhadas, mais recentemente a desaceleração da folha de pagamento real mostra que o ajuste no setor começa a impactar mais fortemente os salários (Gráfico 8).



1.4 PRODUTIVIDADE

Mesmo em um ambiente de descompressão dos salários reais, ainda não se identifica uma queda forte o suficiente para possibilitar um recuo no custo unitário do trabalho, que continua se expandindo acima dos ganhos de produtividade. No caso da indústria de transformação, verifica-se, com base nos dados da PIMES e da PIM-PF, que o descompasso entre o custo unitário e a produtividade vem aumentando na margem, refletindo a forte retração da produção industrial, que apresenta recuo da ordem de 6% nos primeiros meses de 2015, superando a redução do emprego no setor.

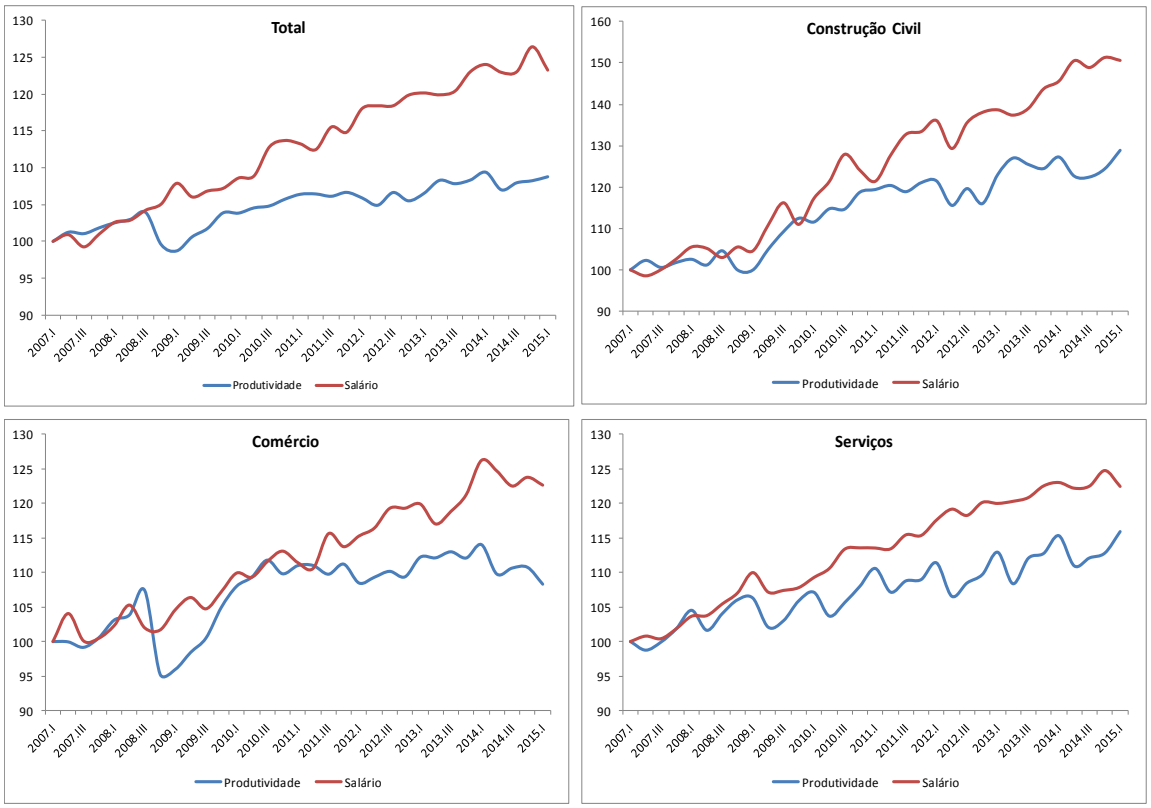


Para os demais setores, onde foram utilizados os valores agregados do PIB como *proxy* para a produção, nota-se que os gráficos refletem que todos os setores apresentam ganhos de produtividade em ritmo inferior ao registrado pelos rendimentos reais. Por certo este descolamento entre a produtividade e os salários pode ser considerado como um dos fatores de pressão sobre os índices de preços ao consumidor.

Se por um lado é possível que a desaceleração dos rendimentos reais esperada para os próximos meses traga algum alívio para o custo unitário do trabalho, por outro é fundamental a adoção de medidas que visem o aumento da produtividade, para que a

retomada do crescimento econômico possa vir acompanhada de uma melhora de competitividade.

Gráfico 10
Produtividade e Salário - Tortal e Setores selecionados
ìndice 2007.I = 100



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/DIMAC/Gecon.

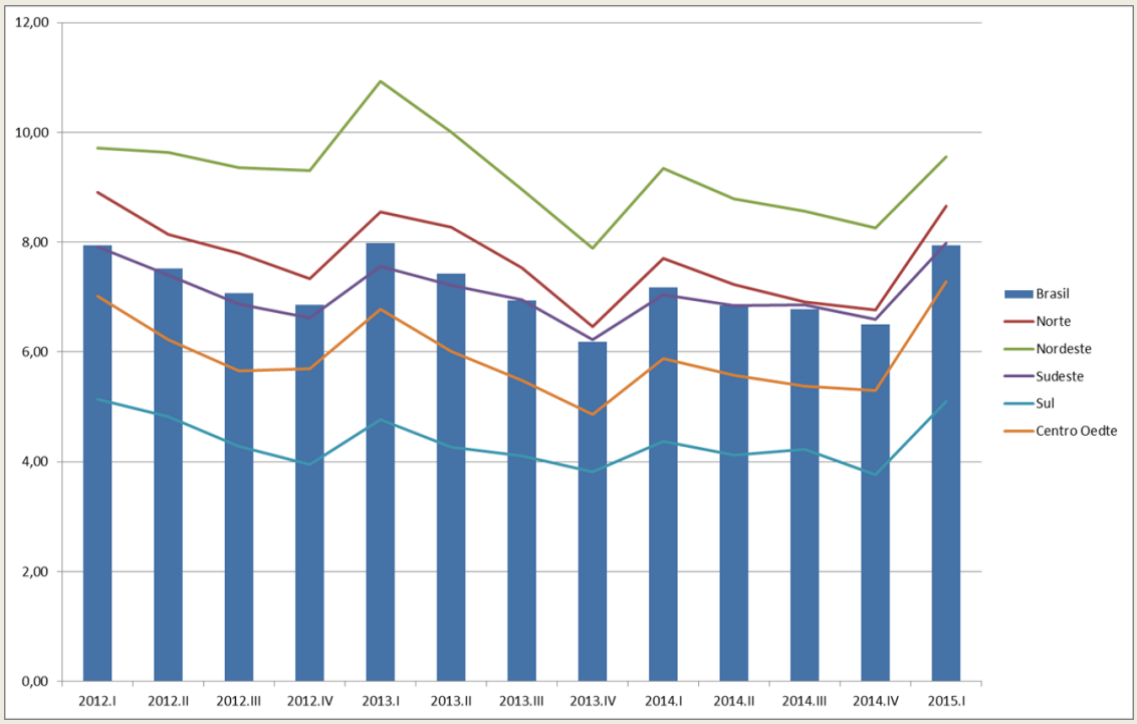
ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA

Desde janeiro de 2014, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua vêm possibilitando uma maior compreensão do mercado de trabalho no Brasil, dado que a sua abrangência geográfica permite uma análise do comportamento do emprego nas diversas regiões do país, partindo-se de diferentes recortes.

Taxa de Desocupação

Os dados da PNAD contínua revelam um mercado de trabalho bem distinto em termos regionais. As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam as maiores taxas de desemprego, chegando, no caso nordestino, a apontar variação próxima a 10%. Em contrapartida, a região Sul é a que registra o menor patamar de desemprego, com taxas em torno de 5%.

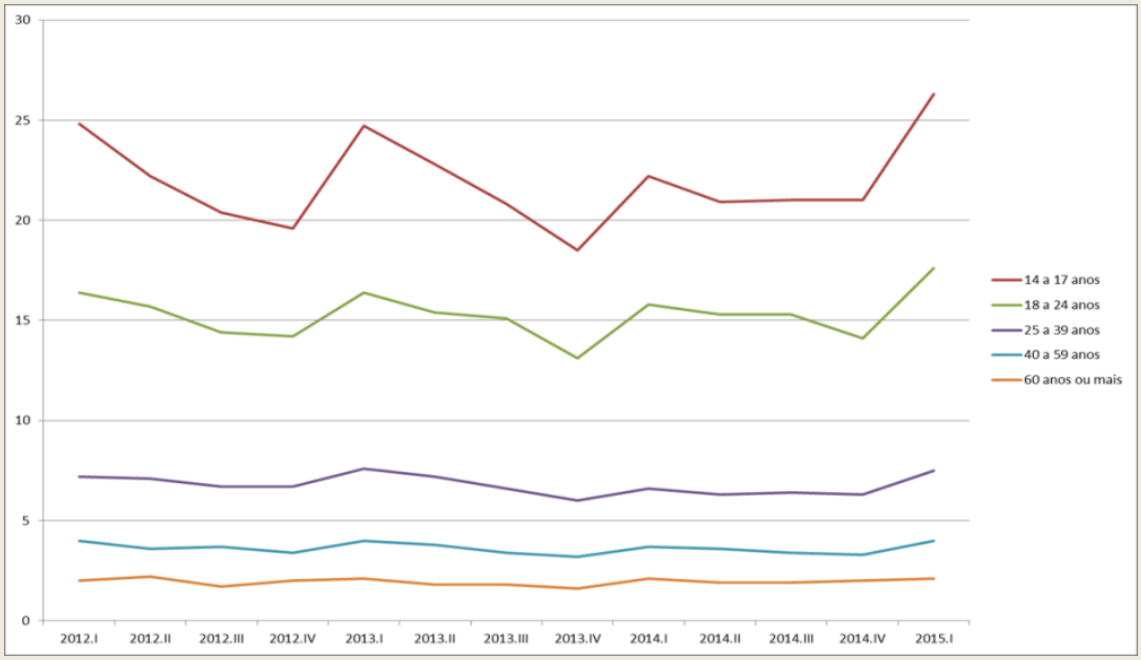
Gráfico 1 – Taxa de desocupação por regiões - %



Fonte: IBGE/PNADc. Elaboração: IPEA/DIMAC/Gecon

Ao desagregar a taxa de desocupação por faixa etária, observa-se que grande parte da população desempregada é composta por jovens que, na sua maioria, possuem menos anos de educação e pouca ou nenhuma experiência profissional. No primeiro trimestre de 2015, mais de 26% dos jovens de 14 a 17 anos que estavam à procura de uma colocação no mercado de trabalho, não obtiveram êxito. Na faixa subsequente, que compreende os trabalhadores entre 18 a 24 anos, a taxa de desocupação foi de 17,6%.

Gráfico 2 – Taxa de desocupação por faixa etária - %



Fonte: IBGE/PNADc. Elaboração: IPEA/DIMAC/Gecon

Na desagregação por anos de estudo, verifica-se que, embora possuam taxas de desocupação similares, os motivos que mantêm o desemprego entre os mais qualificados e os menos qualificados em patamar próximo a 5,0% são bem distintos. Nos casos dos menos escolarizados, a taxa de desemprego baixa é resultado do pequeno crescimento da PEA neste segmento. Já no caso do grupo de escolaridade mais alta, observa-se que a demanda por mão de obra qualificada faz com que grande parte dos trabalhadores com ensino superior que chegam ao mercado consiga obter uma colocação.

Tabela 1 – Taxa de desocupação por nível de instrução (%)

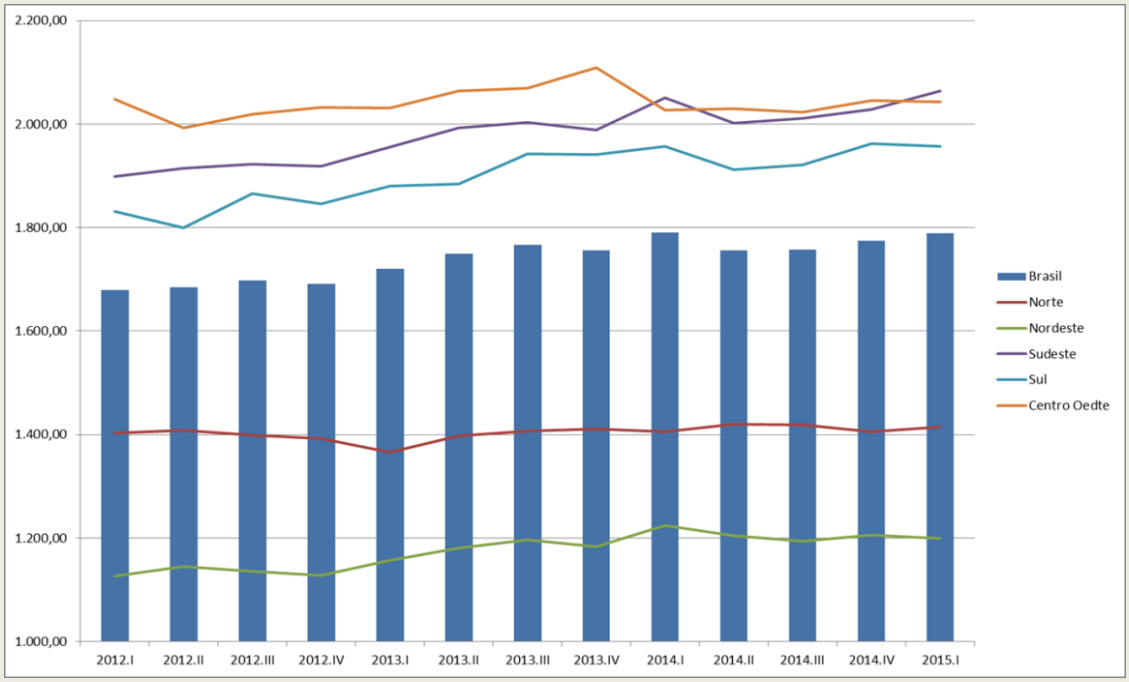
	Total	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo
2012.I	7,9	5,4	6,8	8,7	13,6	9,5	8,2	4,3
2012.II	7,5	5,2	6,6	8,3	12,9	9	8	3,8
2012.III	7,1	5,3	6,2	7,7	12,5	8,3	7,3	3,5
2012.IV	6,9	5,4	6,2	7,5	12	7,9	7,1	3,4
2013.I	8	6	6,9	8,2	13,8	9,4	8,6	4,5
2013.II	7,4	5,8	6,4	8,1	12,7	8,7	7,8	4
2013.III	6,9	5,1	5,8	7,5	12,3	8,2	7,8	3,7
2013.IV	6,2	4,4	5,4	6,6	10,7	7,3	6,6	3,4
2014.I	7,2	5,3	6,1	7,7	12,4	8,4	7,7	4,1
2014.II	6,8	4,5	6	7,5	12,2	8	7,8	3,5
2014.III	6,8	4,8	5,9	7,4	11,8	7,9	7,5	3,6
2014.IV	6,5	4,8	5,8	7	11,6	7,5	6,8	3,4
2015.I	7,9	5	6,7	8,3	14	9,4	9,1	4,6

Rendimentos Reais

Assim como ocorre com a desocupação, os rendimentos médios reais recebidos pelos trabalhadores também apresentam diferenças, sejam elas por conta do recorte geográfico, etário ou educacional.

No primeiro trimestre de 2015, o rendimento médio real por trabalhador em termos agregados foi de aproximadamente R$ 1.800,00, sendo impactado pelos salários pagos nas regiões Sul e Sudeste, que atingiram patamares próximos a R$ 2.100,00. Em sentido oposto, as regiões Norte e Nordeste mostram uma renda do trabalho bem menor, com salários de R$ 1.400,00 e R$ 1.200,00, respectivamente.

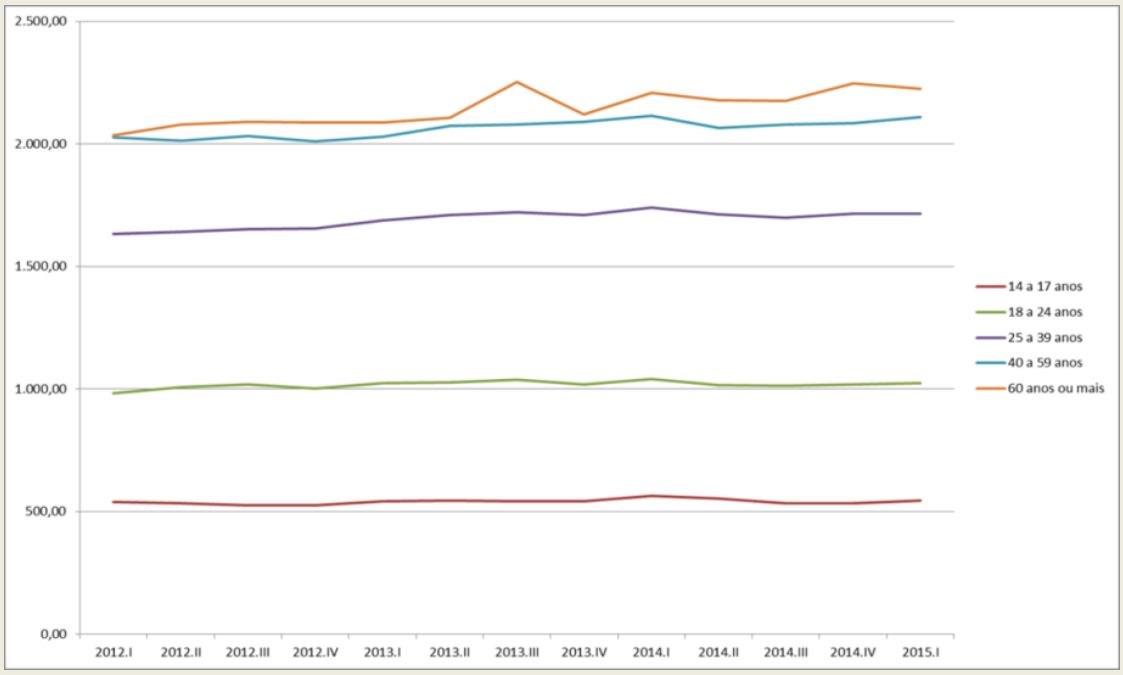
Gráfico 3 – Rendimento Médio Real por regiões – em R$ de março de 2015



Fonte: IBGE/PNADc. Elaboração: IPEA/DIMAC/Gecon

A análise dos rendimentos por faixa etária indica uma relação inversa entre idade e rendimento médio real (essa mesma relação também é observada no gráfico de desocupação por faixa etária). Lembrando que, para a faixa de 60 anos ou mais, os rendimentos são provenientes do trabalho, não incluindo aposentadoria ou pensão.

Gráfico 4 – Rendimento Médio Real por faixa etária – em R$ de março de 2015



Fonte: IBGE/PNADc. Elaboração: IPEA/DIMAC/Gecon

Como já era esperado, o estudo dos dados de rendimento médio real por nível de instrução revela que o trabalhador com maior escolaridade e, consequentemente, maior qualificação, obtém salários mais elevados e vice-versa. Vale ressaltar que a conclusão do ensino superior faz com que o rendimento do trabalhador seja mais de duas vezes maior do que o observado na faixa imediatamente anterior.

Tabela 1 – Rendimento Médio Real por nível de instrução – em R$ de março de 2015

	Total	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo
2012.I	1.678,89	725,61	997,08	1.178,14	1.067,47	1.513,55	1.965,19	4.204,13
2012.II	1.684,67	693,56	1.015,48	1.175,33	1.083,52	1.510,44	1.934,95	4.183,56
2012.III	1.697,56	696,53	1.016,89	1.228,10	1.059,46	1.510,74	1.933,96	4.186,23
2012.IV	1.691,34	714,98	1.013,70	1.214,75	1.097,56	1.490,63	1.957,74	4.143,10
2013.I	1.720,40	722,92	1.030,23	1.225,14	1.101,67	1.517,20	1.903,38	4.176,51
2013.II	1.749,14	721,48	1.035,96	1.225,46	1.118,50	1.548,38	1.939,64	4.266,19
2013.III	1.766,57	765,30	1.056,91	1.265,90	1.127,57	1.577,44	1.956,03	4.222,32
2013.IV	1.756,20	771,70	1.052,71	1.252,86	1.139,41	1.566,15	1.939,00	4.189,01
2014.I	1.789,96	788,50	1.063,82	1.278,72	1.151,49	1.560,17	1.867,12	4.268,84
2014.II	1.756,54	766,49	1.050,01	1.236,35	1.128,86	1.508,82	1.893,67	4.179,82
2014.III	1.757,74	774,47	1.047,23	1.241,45	1.113,53	1.506,24	1.880,36	4.202,40
2014.IV	1.774,87	778,74	1.054,82	1.244,35	1.129,76	1.524,16	1.882,76	4.195,81
2015.I	1.789,43	761,39	1.048,97	1.233,46	1.109,36	1.524,54	1.811,27	4.219,35

Fonte: IBGE/PNADc. Elaboração: IPEA/DIMAC/Geco